

A política social e o ensino público superior no governo Lula

*Alba Tereza Barroso de Castro**

Resumo

O trabalho apresenta as diversas expressões da questão social no Brasil. A análise empírica dessas expressões tem como referência o governo Lula. Para isso são situados os problemas específicos dos diversos níveis de ensino, com foco na universidade pública, cuja crise política, institucional e acadêmica tem gerado um acirrado debate sobre o seu papel no processo de combate à desigualdade social.

Palavras-chave: Educação. Universidade. Governo Lula.

As reformas supostamente modernizadoras da última década no Brasil desencadearam um retrocesso social, a despeito da nova arquitetura institucional-jurídica pautada por diretrizes democráticas voltadas para a implantação de uma nova gestão pública das políticas sociais. A ideologia neoliberal subjacente às políticas econômicas dos governos Collor e FHC obstaculizou a conquista de um novo projeto de seguridade social, impresso na Constituição de 1988.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, criou a expectativa da efetivação de um sistema público de proteção social condizente com as reais demandas da população, resga-

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: albatereza@uol.com.br

tando o sentido de reforma, desvirtuado pelo conservadorismo da política neoliberal. A equipe econômica do governo recém-instalado, entretanto, já anunciava que, para se enfrentar os dois grandes problemas da atualidade brasileira – a crise fiscal e a má focalização de recursos –, era necessário realizar um ajuste fiscal e centrar a política social na pobreza extrema.

Em razão desse diagnóstico, o governo aplicou, no seu primeiro ano de gestão, recursos a conta-gotas, o que fez com que as liberações até final de agosto totalizassem 56,6% do orçamento, enquanto deveriam ser executados 66,6%. Nesse período, pouco mais de 1% do valor autorizado no orçamento da União foi aplicado em saneamento, habitação e organização agrária. O corte, que ajustou o orçamento à meta de superávit primário de 4,25% do produto interno bruto (PIB) acertada com o Fundo Monetário Internacional, suprimiu 72% dos investimentos programados para o ano. Na área social, também perderam grande parte de seus recursos os ministérios de Desenvolvimento Agrário e do Trabalho (*O Globo*, 11/6/2003).

O cartão-alimentação do Fome Zero – programa social carro-chefe – só recebeu 8,54% dos recursos previstos para o ano (*O Globo*, 20/9/2003). De doações, o Fome Zero recebeu mais de R\$ 4, 5 milhões, mas é possível que parte desse dinheiro engorde a economia do governo destinada ao pagamento de juros da dívida pública (*Folha*, 5/10/2003).

Enquanto as verbas para os programas sociais sofrem redução, o Ministério do Planejamento assegura pagamentos de US\$ 3,044 bilhões da União, Estados e Municípios ao BID e Bird; parte desses recursos destina-se à amortização de empréstimos e ao pagamento de juros. Na lista dos projetos paralisados encontra-se o Habitar Brasil, o maior programa de urbanização de favelas do país. Por este programa, obras de saneamento básico e abastecimento de água são realizadas nos bolsões de miséria das grandes cidades e nas regiões com elevados índices de mortalidade infantil e desnutrição.

Criado em 2000 pelo governo FHC, para trazer recursos adicionais para a área social, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza também foi atingido com cortes de verbas e pulverizações de ações. Dos recursos previstos para o exercício de 2003, 13% foram bloqueados para financiar 29 programas e setenta ações, que vão desde eletrificação rural ao Fome Zero. O governo Lula, identificado como democrático e popular, inicia, assim, a sua gestão mantendo a linha econômica do governo anterior, que não priorizou ações efetivas para enfrentar o gravíssimo quadro de pobreza e exclusão social.

Em pesquisa recente sobre o índice de exclusão social, o Brasil aparece em 109º lugar entre 175 países e ocupa o nono lugar na lista dos dez piores em desigualdade social. A cada dólar recebido pelos 10% de brasileiros mais po-

bres, os 10% mais ricos recebem 65,8% – 66 mais vezes. De cada cem dos 160 milhões de desempregados no mundo, cinco estão no Brasil. Para Márcio Pochman – um dos autores desta pesquisa –, o país dá sinais de superar a velha exclusão social, medida apenas por pobreza absoluta e analfabetismo, mas ainda não encontrou um caminho para impedir o aumento do número de excluídos quando se consideram itens novos, como a violência. No item pobreza, o Brasil está em posição intermediária (77^a), porém, neste caso, a situação mundial não é das mais promissoras. São 2,7 milhões de miseráveis no mundo – 50% da população do planeta – segundo o critério da pesquisa, pessoas que vivem com até US\$ 2 por dia. Por este critério, quem ganha salário mínimo no Brasil (R\$ 260,00) vive com US\$ 2,77 por dia – acima, portanto, da linha da miséria, mas não muito melhor do que os miseráveis. No item analfabetismo, o Brasil aparece mais uma vez numa situação intermediária: são 13 analfabetos a cada cem pessoas, mas não se cogita discutir a qualidade de ensino ou o chamado “analfabetismo funcional” (Atlas da exclusão social no mundo/*O Globo*, 17/6/2004).

Na compilação de cem anos de estatísticas do IBGE, o Brasil encerra o século XX como o país com a sexta pior distribuição de renda do mundo. A concentração de renda ampliou-se continuamente das décadas de 1960 a 1990: o país iniciou na de 1960 com taxa de concentração de renda de 0,50 e começou a de 1990 com 0,63.

Houve uma pequena melhora nesta última década, com o índice recuando para 0,59 em 1999. Fábio Wanderley Reis esclarece que essa aparente boa notícia expressa antes a redução das oportunidades de ganho da elite com o limitado dinamismo da economia no período recente do que a melhoria da renda dos mais pobres. Para ele, “nas condições de grande desigualdade social, até mesmo as pequenas melhoras iniciais podem ter consequências negativas, despertando expectativas e aspirações que não podem ser atendidas e favorecendo a violência e a criminalidade” (*O Globo*, 5/10/2003). O fator crucial de desigualdade social, para José Murilo de Carvalho, é o baixíssimo grau de escolaridade mantido até o final do século passado, com uma grande taxa de analfabetismo determinando a formação de um cidadão pouco reivindicativo.

No primeiro ano de governo Lula, a massa de desempregados cresceu para 8,5 milhões e o rendimento do trabalhador caiu 74% pelo sétimo ano consecutivo, na maior redução desde 1997. Contudo, o emprego formal ganhou mais expressão: o número de trabalhadores ocupados subiu apenas 1,4%, ao passo que o de empregados com carteira assinada avançou 3,4% na maioria das atividades. Só na construção o emprego formal caiu, e o maior percentual de formalização ficou no comércio, com uma alta de 8,3% (*O Globo*, 30/9/2004).

Entre as várias frentes de atuação das políticas sociais, o governo Lula privilegiou o enfoque na fome e

na miséria, instituindo o Ministério da Segurança Alimentar para coordenar o Programa Fome Zero. O programa destaca-se por combinar intervenções emergenciais – com o objetivo de garantir o acesso de pessoas famintas a alimentos – a iniciativas destinadas a aumentar a oferta de empregos, reduzir a pobreza e estimular a produção de alimentos. Segundo relatório da ONU, o número de famintos aumentou em 18 milhões na última década, chegando a 842 milhões em 2001. A aids, o aumento da pobreza e o crescimento populacional são apontados como as maiores causas de recrudescimento da fome mundial (*O Globo*, 26/11/2003).

O presidente Lula retomou a campanha internacional contra a fome e a pobreza no mundo, lançada em 2003 durante o Fórum Mundial em Davos, na Suíça. A idéia de criação de um fundo internacional de combate à fome foi abandonada. O esforço, agora, se volta para a proposta de taxação das transações financeiras e a tributação do comércio de armas pesadas, já subscrita por Brasil, França, Chile e Espanha. A intenção dos quatro países é obter o endosso dos países participantes da Conferência da ONU, em 2005, quando serão feitas uma avaliação da Declaração do Milênio e uma revisão da meta de reduzir à metade o número de pessoas que vivem com US\$ 2 por dia (*O Globo*, 5/9/2004).

Enquanto consegue projeção internacional com o tema fome e miséria, internamente, o presidente tem de reestruturar o Fome Zero, em ra-

ção da inoperância deste programa no seu primeiro ano de funcionamento por causa dos entraves burocráticos e das denúncias de corrupção e práticas eleitoreiras. Em 64 das 218 cidades da Paraíba atendidas pelo Fome Zero, os prefeitos são acusados de controlar e usar de forma eleitoreira o programa. Caberia ao Comitê Gestor – um colegiado de nove pessoas – a administração do programa nas cidades, cadastrando, de acordo com os critérios do programa, as famílias beneficiadas.

Já a arrecadação de alimentos e dinheiro proveniente de doações, a parte mais visível do Fome Zero, perdeu força no segundo ano de governo. Vêm mingando, também, os depósitos de pessoas físicas e jurídicas nas contas do Fome Zero destinadas à construção de cisternas no semi-árido nordestino. Uma vez que o programa foi anunciado como medida de impacto do governo recém-empossado, era natural que dele quisessem se aproximar bancos, empresas, organizações e celebridades.

Em seu segundo ano, o Fome Zero vive novo momento. Sua ação mais visível é o Bolsa-Família, programa que unificou os quatro programas de transferência de renda: Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e Vale-Gás. Após um ano e oito meses de funcionamento do Fome Zero, instala-se um grupo de trabalho – integrado à Câmara Setorial de Políticas Sociais e composto por 11 ministérios e pela Assessoria Especial da Previdência – para concentrar as polí-

ticas de combate à fome e de inclusão social espalhadas entre várias pastas (*O Globo*, 3/9/2004).

Um estudo sobre o Fome Zero elaborado pela representação brasileira da organização não governamental alemã Fian (Rede de Informação e Ação pelo Direito de se Alimentar) concluiu que o programa, apesar de alcançar números superiores em relação às políticas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso, ainda precisa sofrer alguns ajustes. Segundo o estudo, o programa necessita estar articulado a políticas mais eficientes de reforma agrária e de geração de empregos, pois na maioria dos municípios ele consiste somente na introdução do Bolsa-Família. A Fian julga o valor da bolsa insuficiente para garantir comida às famílias por um mês inteiro e condena a burocracia no registro dos interessados (*O Globo*, 16/9/2004).

Além do Fome Zero, os quatro outros programas de transferência de renda anteriormente citados foram alvo de inúmeras críticas, motivo pelo qual todos evoluíram para a unificação no Bolsa-Família. O Bolsa-Escola, por exemplo, criado em 2001 para conceder benefício às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 cujas crianças de 6 a 15 anos estivessem frequentando o ensino fundamental, foi criticado por sua burocracia e limitações técnicas, ocasionando dificuldade de acesso e, em consequência, bolsas ociosas.

Lula inspirou-se na política social mexicana, seguindo Collor e FHC, para conceber o Bolsa-Família. Collor

seguiu o México quando falava de liberalismo social e FHC baseou-se no Progresas, um programa mexicano de comunidade solidária. O atual presidente brasileiro está se baseando num programa mexicano que é uma evolução do Progresas, chamado “Oportunidades”. Dessa forma, o governo brasileiro criou um programa único de transferência de renda, no qual as famílias decidem como gastar o dinheiro recebido, diferentemente do cartão-alimentação do Fome Zero, em que o uso do recurso está limitado à compra de alimentos (PEREIRA, 2001).

O Bolsa-Família, lançado em 20/10/2003, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, tem como meta atingir 11 milhões de famílias ou cinquenta milhões de pessoas carentes até o final de 2006. Há duas modalidades de bolsa: uma para famílias com até R\$ 50,00 de renda *per capita* e outra para as com renda *per capita* entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Recebem o benefício, inicialmente, cerca de 1,2 milhão de famílias, das quais, segundo o governo, 53% estão no Nordeste.

O cadastro no Fome Zero serviu de base para se dar início ao programa; o que muda para essas famílias são as novas obrigações que elas terão de cumprir: manter as crianças na escola, o cartão de vacinação em dia e os adultos em cursos de alfabetização e capacitação profissional.

Com a saída do Cartão-Alimentação do Ministério da Segurança Alimentar, a pasta passou a centrar suas ações em programas complementares.

A pasta da Assistência Social perde a coordenação dos programas sociais, ficando com o comando dos programas circunscritos à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) que pagam um salário mínimo para pessoas acima de 67 anos e deficientes que não têm como garantir o seu sustento e dos dois programas que não entraram na unificação: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Agente Jovem (*O Globo*, 21/10/2003).

A unificação dos programas de transferência de renda num só ministério criou a necessidade de um cadastro único das famílias a serem beneficiadas. Das 5 507 cidades brasileiras, 5 463 já foram cadastradas; 8 262 milhões de famílias foram inscritas até fevereiro de 2003. Os dados desse cadastro revelam que de cada quatro pobres um tem entre 7 e 14 anos; mais da metade são mulheres; 56% são analfabetos ou sequer completaram a quarta série do ensino fundamental. Dos chefes de famílias, 54% não trabalham; apenas 4% têm carteira assinada; 65% têm rendimento *per capita* familiar de até meio salário mínimo.

O cadastro único também traz informações sobre a escolaridade dos chefes das famílias inscritas. Dos 8 262 milhões de cadastrados, 23% são analfabetos e 33% não completaram a quarta série; apenas 3% concluíram o ensino fundamental e 6%, o ensino médio. Estima-se que 42,4% dos pobres brasileiros têm apenas 14 anos e somente 4,1% têm sessenta anos ou mais. Dos domicílios listados, 5% têm acesso à energia elétrica sem medição

por relógio. Dos pobres identificados pelo governo, 63% têm água encanada e metade não dispõe de saneamento básico adequado. Outros 7% não têm eletricidade e usam velas ou lampião como fonte de iluminação (*O Globo*, 11/7/2004).

O cadastro, umas das principais ferramentas do Bolsa-Família, vem sendo alvo de avaliações e modificações visando atender à parcela mais pobre da população. O Ministério de Desenvolvimento Social (Mesa) negocia uma parceria com o IBGE, que passaria a fiscalizar os dados do cadastro por meio de análise comparativa entre estes e os dados das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (Pnads). O Mesa prepara ainda um novo *software* para cadastrar as famílias. A idéia seria aperfeiçoar o sistema de controle para evitar a duplicidade de nomes e o desvio de recursos que já começam a ser denunciados. A coordenação do Fome Zero, no Piauí, por exemplo, solicitou ao Ministério Público investigação de irregularidades no programa, permitindo que comerciantes e pessoas não enquadradas nos critérios de baixa renda fossem beneficiadas (*O Globo*, 9/9/2004).

Soma-se a isso, em muitos casos, o não-cumprimento de contrapartidas por parte das famílias para o recebimento do benefício (*O Globo*, 29/6/2004). O não-atendimento às condições estabelecidas no programa – frequência escolar, vacinação e acompanhamento de gestantes – transforma-o, segundo seus críticos, em mero instrumento de ações assis-

tencialistas. Para o senador Cristóvão Buarque – ex-ministro da Educação – a falta de controle da presença das crianças na escola substitui a filosofia educacional por uma filosofia assistencial (*O Globo*, 16/5/2004).

Em 2002, apenas 13% das escolas informavam à Caixa Econômica Federal a frequência dos alunos. Cabem às professoras o preenchimento e o envio do formulário de frequência, mas a maioria se recusa a fazê-lo, por não querer ficar com a pecha de “denunciante”. Para o ministro Patrus Ananias, é “humano e compreensível o comportamento dos professores que relutam em informar o nome dos alunos que faltam às aulas para evitar que suas famílias percam o direito ao benefício” (*O Globo*, 9/9/2004). O ministro admitiu falhas no programa, embora defenda que o controle da presença dos alunos não é um “critério essencial”. A questão prioritária era impedir que as famílias resvassem para a mendicância, a indigência, o alcoolismo, a perda de identidade e de auto-estima (*O Globo*, 8/9/2004).

Na área da saúde, a polêmica sobre a essencialidade das contrapartidas acirrou-se com a discussão sobre os papéis das várias pastas. O Mesa atribuiu ao Ministério da Saúde o controle das contrapartidas, mas este se defendeu esclarecendo que tal controle era feito antes da unificação dos programas de transferência de renda (*O Globo*, 10/9/2004).

Na tentativa de resolução do problema, o governo federal publicou portaria estabelecendo novos parâmetros

para a fiscalização do cumprimento das condicionalidades. A idéia é uniformizar o acompanhamento e o controle da execução local dos programas de transferência de renda. As ações de controle ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, cabendo ao Departamento de Operação o estabelecimento de métodos, mecanismos e procedimentos para fiscalização.

A tendência de privilegiar programas focalizados de transferência de renda contraria a idéia de um sistema público descentralizado e participativo que a Constituição de 1988 e a Loas preconizam, repetindo-se a mesma lógica de governos anteriores de submeter as necessidades sociais aos interesses macroeconômicos.

O gasto social *per capita* caiu nos três primeiros anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comparação com os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. O gasto médio *per capita* entre 2003 e 2005 foi de R\$ 1 492, contra R\$ 1 534 nos dois últimos anos de mandato de FHC. “Na verdade há uma certa estabilidade do gasto social. O ano de 2003 foi exceção”, diz Pochmann. Após a queda de 2003, o gasto voltou a subir em 2004 (7,7%) e em 2005 (1,1%), mas não atingiu o pico de 2002, quando o gasto social por habitante foi, nas estimativas de Pochmann, de R\$ 546,02. Assim, em todo o período analisado pelo economista da Unicamp há um comportamento bem homogêneo dos gastos caso seja realmente excetuado o ano de 2003 (BILLI, 2006).

A única grande diferença marcante na gestão Lula são os gastos com assistência social, rubrica na qual estão incluídos os gastos dos programas assistenciais e de transferência de renda, como o Bolsa-Família. Nesse caso, há aumento significativo. Nos três anos do governo Lula, os gastos com assistência social subiram, em média, 11,11% em relação aos dois últimos anos de FHC.

Uma comparação com outros gastos do orçamento mostra que o crescente esforço do governo para atingir superávits fiscais cada vez maiores, pelo menos no caso do superávit primário, que não considera o pagamento de juros da dívida pública, não comprometeu significativamente os gastos sociais.

A educação

A redução do gasto público na educação, preconizada pelo ideário neoliberal, norteia, a partir da década de 1990, no Brasil, a formulação e a gestão das políticas sociais. Os princípios da descentralização e da focalização passam a orientar essas políticas cada vez mais negligenciadas pelo poder público. No âmbito das políticas sociais, um novo paradigma retoma a relevância da formação do capital humano, considerado fundamental para a competitividade do mundo globalizado. Nesse paradigma a focalização é estratégica para se obter eficácia na aplicação de recursos escassos.

A política de redução do gasto público encontra na privatização um mecanismo eficiente para auxiliar no “saneamento” das contas públicas sem deixar de ofertar serviços. A expansão do ensino superior deve-se, em grande parte, ao setor privado. Hoje mais de 70% dos alunos de curso superior estudam em escolas particulares, um índice semelhante ao do Chile, apontado entre os mais altos do mundo (SCHEIKMAN, 2006; A CORRIDA..., 2006). E além do ensino superior, o setor privado já ultrapassou o público em outro nível: a pós-graduação. Dados do IBGE mostram que o setor privado da pós-graduação cresceu 30% de 2001 a 2004, ao passo que o público variou 8%. Com isso, a participação privada nas matrículas passou de 49,7% do total para 54,4% (GÓIS apud SCHWARTZMAN, 2006).

É sabido, no entanto, que essa expansão no setor privado não representa salto de qualidade na educação brasileira, dada a tendência mercenária da institucionalização e do funcionamento de grande parte desses cursos. Para Schwartzman, o crescimento no setor privado se dá principalmente por causa dos MBAS e das especializações, que são cursos de pós-graduação *lato sensu*. Diferentemente dos mestrados e dos doutorados *stricto sensu*, esses cursos têm carga horária menor e critérios de seleção e aprovação mais flexíveis, não passando, ainda, por nenhuma avaliação do Ministério da Educação. Além disso, como os mestrados e doutorados costumam ser

voltados para a carreira acadêmica, os MBAS e os cursos de especialização atendem a uma demanda crescente de profissionais que pretendem se aperfeiçoar para continuar ou reintegrar no mercado de trabalho. A nova tendência de pós-graduação no Brasil investe, assim, em capital humano estruturado em bases técnicas para forjar uma força de trabalho demandada pelo mercado globalizado.

O Brasil, ao lado da Índia e China – países em desenvolvimento que apresentam pujança no crescimento de suas economias –, delineia um padrão educacional em seus projetos de futuro, apesar das estratégias próprias e dos resultados diferenciados da cada país. A Índia tem uma aproximação com o padrão brasileiro, com ênfase na expansão da pós-graduação. O país indiano é reconhecido pela qualidade de sua mão-de-obra especializada demandada, por décadas, pelos Estados Unidos. A indústria tecnológica indiana cresce ao redor dos Institutos Indianos de Tecnológicos (IITs), que formam uma elite para operar nos setores de siderurgia, energia e construção. Várias faculdades privadas estão surgindo com o apoio de uma rede de grandes empresas multinacionais (Motorola, Hewlett Packard e Philips Electronics, entre outras) para absorver a demanda não aproveitada pelos IITs (*Folha de São Paulo*, 2006).

Já a China dá mais ênfase à educação básica, apresentando uma acen tuada redução da taxa de analfabetismo de 25% para 8,7% de 1986 a 2005; índice menor que os 11,8% do Brasil.

Apesar disso, incorpora no seu modelo aspectos de uma tendência na área educacional voltada para os interesses de mercado. O primeiro curso de MBA da China foi criado em 1991. É crescente o número de cursos na China com orientação, parceria ou inspiração americanas. O MBA da Universidade de Pequim tem convênio com a Universidade Fordham, de Nova York, que colabora com professores e currículos; parte das aulas é em inglês.

A tendência mundial de crescente privatização da educação começa, gradualmente, no Brasil, a minar o caráter público das universidades federais e estaduais à medida que os governos cortam e/ou reduzem o repasse de verbas, forçando-as a adotar formas alternativas de captação de recursos, em parte articuladas ao setor privado. Os problemas daí decorrentes são a queda da qualidade do ensino e os limites à expansão e à democratização de acesso ao ensino superior.

A crise das universidades públicas como tema destacado nas pautas de discussões acadêmicas e políticas expressa as precárias condições em que, na prática, se encontram. Sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e técnicos administrativos, de ampliação e reajuste das bolsas de seus estudantes, bem como da conservação e melhoria de sua infra-estrutura, as universidades depararam-se também com uma limitação de ofertas de vagas em relação à faixa etária da população e, proporcionalmente, às conclusões do ensino médio. Como o ensino fundamental tende

à universalização de acesso e o ensino médio, por sua vez, vive um promissor processo de expansão de matrículas e conclusões, há uma barreira concreta de inserção no ensino superior público das camadas mais desfavorecidas da população, já que nesse nível de ensino o setor privado predomina.

No projeto de reforma universitária do governo Lula ganha destaque o Programa Universidade para Todos (Prouni), que assume a versão da parceria público-privado no ensino universitário. Com ele, as instituições privadas de ensino (filantrópicas e empresariais) são liberadas do recolhimento de impostos, em troca de concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes que cumpram os critérios de cotas (afro-descendentes, carentes e deficientes). Ao invés de investir no ensino público, o governo cria “vagas públicas” em instituições privadas, acentuando o embaçamento entre os campos público e privado e, dessa forma, denotando a natureza restritiva da educação pública no país, a favor da expansão do ensino privado. Tal política suscita questionamentos sobre as Políticas de Cotas: por que ampliar o acesso ao ensino público superior para segmentos carentes e marginalizados historicamente, se não há investimento para que estes segmentos permaneçam na universidade? Apesar das discussões polêmicas que as envolvem, as Políticas de Cotas têm forte apelo popular e respondem aos esforços empreendidos pelo movimento negro ao longo de muitos anos. A falta de amparo e subsídios governamentais à efetivação desta política de forma mais ampla e

democrática revela o tom populista e contraditório do governo Lula em relação a esta questão. Em plena campanha eleitoral para o segundo mandato, Lula esquiva-se, inclusive, de afirmar a sua posição e definir o destino das Políticas de Cotas.

O Projeto Lei de Inovação Tecnológica, menos conhecido e discutido que o Prouni, é outro pilar da Reforma Universitária do atual governo federal. Com ele, torna-se obrigatória a prestação de serviços diretos de inovação às empresas privadas. O conceito de inovação, aqui, é relacionado à indústria. De acordo com este projeto de lei, os professores têm uma remuneração básica e o restante depende de sua capacidade empreendedora de obter dividendos nas empresas, através de *royalties*, por exemplo. Para a prestação de serviços às empresas, os professores são afastados de suas carreiras acadêmicas, podendo retornar à universidade se sua capacidade empreendedora não for demonstrada.

A sequência de reformas e orientações para o ensino superior brasileiro, desencadeada no regime militar, segue a mesma estratégia de privatizar o ensino, tornando cada vez mais aguda a crise da universidade pública, que passa a absorver os problemas estruturais dos níveis fundamental e médio de ensino. A universalização desses níveis de ensino, associada à repetência escolar, gera uma demanda de acesso que a universidade pública não tem condições de absorver. Um dos desafios da universidade hoje é, dessa forma, a expansão e democratização do acesso ao ensino superior.

Abstract

Social policies and higher education during Lula's government

This work reports on the multiple accounts of the Brazilian social issues. The empirical analysis of such expressions is framed on the Lula government. For that it places in context specific problems with teaching levels, that while being political, academic and institutional has entailed heated debate about the university role in reducing social inequality.

Key words: Education. University. Lula government.

Referências

- BILLI, Marcelo. *Folha de São Paulo*. Orçamento: sob Lula, o gasto social cai e assistencial sobe. 22/3/2006.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria da Assistência Social. *Normas operacionais básicas/1997-1999*.
- CERQUEIRA FILHO, G. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- COHN, A. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. In: SEMINÁRIO ESPECIAL MINI-FÓRUM EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DO IPEA. *Anais...* Rio de Janeiro, set. 2004.
- A CORRIDA dos emergentes. *Folha de São Paulo*, 30 jul. 2006. p. 1-12.
- COSTA, V. R. da. *Reforma institucional e militância política*. Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.
- ELEIÇÕES 2006. *O Globo*, 22 jul. 2006. p 1-12.
- GOIS, Antônio. Setor privado já domina a pós-graduação. *Folha Online*, 31 jul. 2006.
- GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa: aspectos jurídicos do racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Abong, 2002.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie Beghin. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.
- JORNAIS: *O Globo* (2003/2004) e *Folha de São Paulo* (2003/2004).
- KLISBERG, Bernardo. *Desigualdade na América: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LEAL, Maria Cristina. *Relatório de pesquisa: a política de assistência aos estudantes de cotas*. Faculdade de Serviço Social – Uerj, 2006.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *O poder do atraso*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres*. Brasília: Thesaurus, 1996.
- _____. *A política social do governo Lula. Conferência proferida na Faculdade de Serviço Social – Uerj*, 2001.
- SOARES, L. T. *Entrevista ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 26/10/2004, site do Ministério – notícias*.
- SCHINKMAN, José Alexandre. *O financiamento da universidade pública - Dinheiro, B-2. Folha de São Paulo*, 30 jul. 2006.